

Afastados seis oficiais

ANDRESSA ANHOLETE

Luís Augusto Gomes

Seis oficiais da Polícia Militar foram afastados temporariamente para que sejam investigadas as possíveis responsabilidades deles no desvio de verbas pagas em revisões e serviços supostamente não realizados em viaturas da corporação. A determinação para que os militares fiquem fora do cargo até a conclusão da apuração do caso foi dada ontem pelo governador José Roberto Arruda.

Eles foram afastados em razão das denúncias feitas ao promotor de Justiça Mauro Faria Lima, do Ministério Público Militar, de irregularidades no Centro de Suprimento e Manutenção (CSM), na revisão de viaturas modelo Mitsubishi L-200, veículo utilitário de cabine dupla a diesel, com um ano de uso, e em Santanas com mais de seis anos na corporação. Segundo a denúncia, os veículos estavam parados. Os importados teriam sido levados para uma concessionária no Setor de Indústria e Abastecimento (SIA), sem contrato de manutenção, o que é proibido pela Lei 8.666, que determina a órgãos públicos da administração municipal, estadual e federal abrir licitação para apurar o menor preço.

As L-200 foram consertadas por mais de R\$ 22 mil, em média, enquanto os Santanas ficaram por valores que variaram entre R\$ 18 mil a R\$ 25 mil. As revisões ocorreram no período de março e julho de 2008. Curiosamente, as revisões das Mitsubishi ocorreram

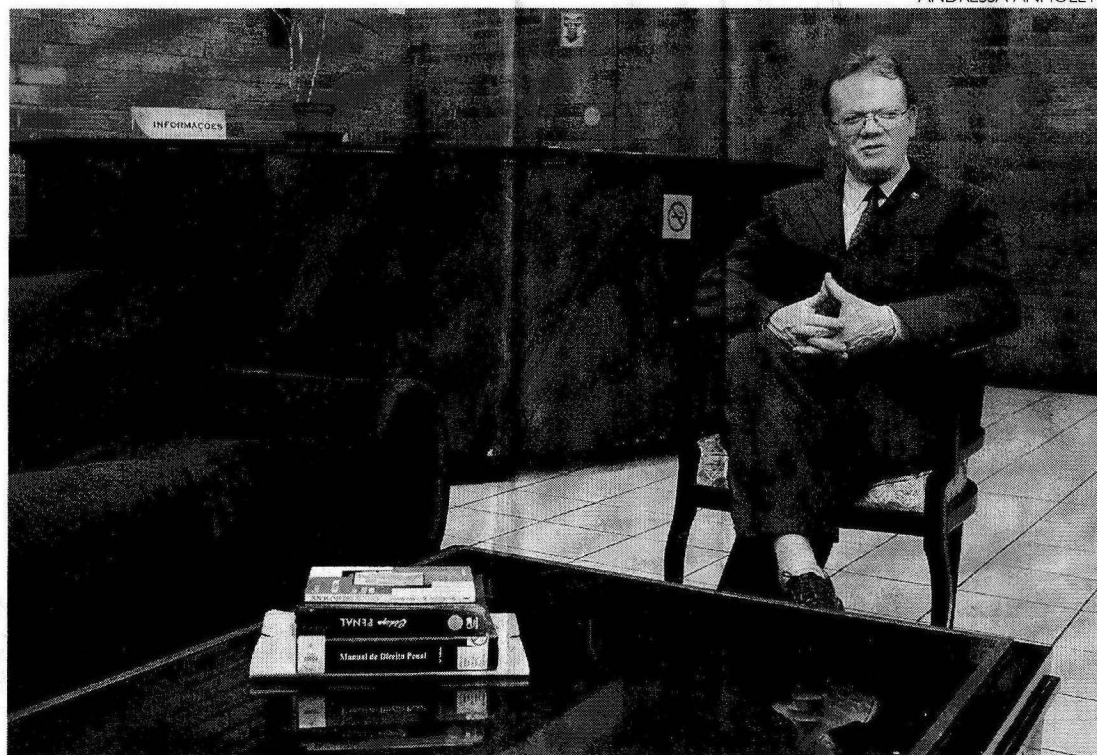
**"As ações adotadas
pautaram-se na
cautela que o caso
requer, de modo a
preservar as
investigações"**

CORONEL ANTÔNIO CERQUEIRA,
COMANDANTE-GERAL DA PM

na mesma concessionária contemplada em uma licitação de R\$ 1 milhão, com um aditivo de mais R\$ 250 mil, totalizando R\$ 1,250 milhão, em agosto do mesmo ano.

Percebendo a gravidade do caso, o tenente-coronel Eraldo Marques Viegas, então comandante do CSM, recusou-se a assinar a documentação e fez uma auditoria e enviou relatório ao comandante-geral da PM, coronel Antônio Cerqueira, apontando as irregularidades e pediu afastamento do setor.

O Ministério Público Militar instaurou inquérito para apurar as denúncias consideradas gravíssimas pelo promotor Mauro Lima. O coronel Viegas foi interrogado e confirmou o caso. Outros três policiais militares serão ouvidos na próxima quin-



PROMOTOR MAURO LIMA INVESTIGA DENÚNCIA DE DESVIO DE R\$ 1,250 MILHÃO NA POLÍCIA MILITAR

ta-feira. "Vamos intimar todos os envolvidos e pedir a quebra do sigilo telefônico e fiscal dos responsáveis", disse Lima.

O governador José Roberto Arruda determinou apuração rigorosa das denúncias. O secretário da Ordem Pública, Social e Corregedoria-Geral, Roberto Giffoni, reuniu-se ontem com o secretário de Segurança Pública, Valmir Lemos. De acordo com Giffoni, foi instaurado procedimento de investigação preliminar.

O secretário disse que todos os levantamentos dos reparos nas viaturas, assim como os contratos e o relatório apontando as

supostas irregularidades, serão analisados. Os oficiais executores do contrato foram afastados preventivamente, sem que haja pré-julgamento, mas para que a apuração seja realizada com transparência. "Não podemos fazer pré-julgamento, mas vamos constatar se o contrato obedeceu as regras", afirma.

As investigações serão concluídas em 30 dias, mas podem ser prorrogadas por igual período. Se as denúncias ficarem comprovadas, será feita uma tomada de conta para que os responsáveis possam ressarcir o erário.

O comandante-geral da PM,

coronel Antônio Cerqueira, distribuiu ontem uma nota de esclarecimento, diante da matéria publicada pelo **Jornal de Brasília** na edição de ontem. "Todas as providências apresentadas carecem da devida demonstração por meio dos procedimentos apuratórios, sem a exposição indevida e precipitada da instituição ou de seus integrantes que por ventura estiverem envolvidos. As ações adotadas pautaram-se na cautela que o caso requer, de modo a preservar as investigações, sem prejuízo das comunicações aos órgãos de controle".

Colaborou: Laécio Alencar